



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 55/XI/2.^a SL

Aos vinte e nove dias do mês de Março de dois mil e onze, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional (CDN), na sala oito do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da respectiva folha de presenças, em anexo, com a seguinte ordem do dia:

1. **Aprovação das actas n.ºs 52, 53 e 54/XI/2^a;**
2. **Nota de Admissibilidade da Petição n.º 162/XI/2^a - Solicitam a aprovação de lei que consagre liberdade sindical aos profissionais da Polícia Marítima;**
3. **Ponto de situação das iniciativas e petições pendentes;**
4. **Outros Assuntos.**

Após declarar aberta a reunião, o Senhor Presidente, Deputado José Luís Arnaut, submeteu à votação as actas n.ºs 52, 53 e 54/XI, relativas, respectivamente, às reuniões havidas nos dias 1, 15 e 23 de Março, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PCP.

Foi apreciada a nota de admissibilidade da Petição n.º 162/XI/2^a - Solicitam a aprovação de lei que consagre liberdade sindical aos profissionais da Polícia Marítima, da autoria da Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima. Atendendo às restrições legalmente previstas ao exercício do direito de petição colectiva pelo pessoal da Polícia Marítima, deliberou a Comissão, por unanimidade dos presentes, admitir condicionalmente a petição, solicitando aos peticionários que informem se foi «esgotada a via hierárquica», nos termos da alínea g) do artigo 6.º da Lei n.º 53/98, de 18 de Agosto (estabelece o regime de exercício de direitos do pessoal da Polícia Marítima).

De seguida o Senhor Presidente fez o ponto da situação das iniciativas e petições pendentes na Comissão e seu destino, atendo à previsível dissolução da Assembleia a breve prazo. Começou por lembrar que todas as iniciativas legislativas pendentes cuja tramitação não seja concluída até à data da

dissolução da AR caducam e que as petições transitam para a Legislatura seguinte.

Como questão prévia a este ponto da ordem de trabalhos, informou ter sido contactado pelo Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar sobre a necessidade de aprovar, antes da dissolução, a Proposta de Lei n.º 57/XI/2.^a - *Simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a Defesa e transpõe as Directivas n.º 2009/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 6 de Maio de 2009 e n.º 2010/80/UE, de 22 de Novembro de 2010 e revoga o Decreto-Lei n.º 436/91, de 8 de Novembro*, de forma a assegurar que Portugal cumpre a sua obrigação, no âmbito da União Europeia, de transpor dentro do prazo as duas directivas comunitárias em causa, atendendo a que o prazo da primeira termina em Junho do corrente ano.

Recordou que a proposta de lei só baixou à Comissão, para apreciação na generalidade, na semana anterior. Referiu também que para se conseguir que fosse aprovada nos dias seguintes seria necessário aprovar rapidamente o parecer e enviá-lo para agendamento da iniciativa em Plenário na generalidade, especialidade e votação final global, agendamento esse a decidir em Conferência de Líderes, em função das posições dos diferentes grupos parlamentares.

Apelou, assim, à obtenção de uma solução, em prol do bom nome de Portugal, particularmente no período complicado que se vive. Perguntou ao relator nomeado, Senhor Deputado Luís Campos Ferreira, se estaria em condições de apresentar o parecer com muita brevidade e colocou a questão à consideração da Comissão.

O Senhor Deputado Luís Campos Ferreira (PSD) disse estar em condições de apresentar desde já um parecer contendo a descrição sumária da iniciativa e a conclusão de que a proposta de lei em causa se encontrava em condições legais e regimentais de subir a Plenário, concordando, em nome do seu grupo parlamentar, com o agendamento da mesma nos termos referidos pelo Senhor Presidente, considerando as responsabilidades internacionais de Portugal nesta matéria.

Os Senhores Deputados Sérgio Sousa Pinto (PS) e João Rebelo (CDS-PP) manifestaram também a sua concordância, em nome dos respectivos grupos parlamentares, atendendo às razões invocadas.

Submetido à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PCP.

Entretanto baixou, para apreciação na generalidade, o projecto de lei n.º 583/XI (PCP) - *Altera o regime de promoções do pessoal do troço de mar do quadro de pessoal militarizado da Marinha*, que segue a tramitação regimental.

De seguida, o Senhor Presidente deu conta dos projectos de resolução pendentes e do respectivo ponto de situação:

Assim, recordou que o projecto de resolução n.º 27/XI/1.^a (CDS-PP) - *Recomenda a transferência da titularidade dos imóveis anexos ao farol de São Jorge para a Região Autónoma da Madeira* e o projecto de resolução 212/XI/1.^a (PSD) - *Recomenda a desocupação e entrega à Região Autónoma da Madeira do Palácio de São Lourenço e da Fortaleza do Pico de São João e a transferência para o património da Região Autónoma da Madeira dos imóveis anexos ao Farol de São Jorge* foram discutidos conjuntamente, na sequência do que foi solicitada informação ao Ministério da Defesa Nacional, cuja posição é negativa face ao pretendido.

Lembrou também que o projecto de resolução n.º 251/XI (PCP) - *Recomenda ao Governo que encontre as soluções que viabilizem o processo de reconversão urbanística, de acordo com a Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, na área abrangida pela servidão militar do Depósito de Munições da NATO de Lisboa, na Quinta da Escola, na Quinta das Flores, na Quinta da Lobateira e Pinhal das Freiras e no Pinhal da Palmeira em Fernão Ferro, no Concelho do Seixal*, foi discutido na Comissão, tendo nessa altura sido deliberado solicitar esclarecimentos sobre o objecto do mesmo ao Ministério da Defesa Nacional, cuja resposta se aguarda.

Finalmente, o projecto de resolução n.º 253/XI (CDS-PP) - *Recomenda ao Governo que elabore uma Estratégia de Segurança Nacional*, que baixou também à 1.^a Comissão, sendo esta a Comissão competente para proceder à sua discussão.

O Senhor Presidente recordou que estes projectos de resolução, na fase em que estão, caducarão com a previsível dissolução da Assembleia.

A este propósito, usou da palavra o Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) para dizer que, mesmo que o calendário o permitisse, não faria sentido concluí-los por ser inútil fazer recomendações a um Governo demissionário.

Quanto às petições, o Senhor Presidente informou que, para além da petição n.º 162/XI, admitida condicionalmente nesta reunião, transitará para a próxima legislatura a petição n.º 130.º/XI - *Solicita a aprovação de legislação que permita a graduação no posto de coronel dos tenentes-coronéis reformados do quadro especial de oficiais*. No caso desta petição, cujo relator é o Senhor Deputado Joaquim Ponte (PSD), recordou que foi aprovado na reunião anterior um relatório intercalar que conclui pela necessidade de questionar o Ministério da Defesa Nacional quanto ao objecto da mesma, resposta que se aguarda.

O Senhor Presidente informou ainda que também as iniciativas europeias em processo de escrutínio transitarão para a próxima legislatura, a saber:

- COM (2010) 711 - *Ordenamento do Espaço Marítimo na UE - Balanço e Perspectivas*, que tinha sido distribuída ao Senhor Deputado João Soares (PS);
- COM (2011) 111 - *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a execução do Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear: Primeiro relatório - Programas de acção anuais de 2007, 2008 e 2009*, que foi distribuída ao PSD na última reunião da Comissão.

Por outro lado, recordou não ter havido oportunidade para agendar uma audição com o novo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Pinheiro, o que será de considerar na próxima legislatura.

O Senhor Presidente deu também conta do cancelamento da visita que a mesa da Comissão iria fazer, com o Senhor Ministro da Defesa Nacional, às Forças Nacionais Destacadas no Líbano, nos dias 4 e 5 de Abril, atendendo à situação política, e informou que o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) estaria impossibilitado de participar na visita por motivo de doença.

O Senhor Deputado José Lello (PS) fez votos de melhoras rápidas ao General CEMGFA, no que foi secundado pelos presentes.

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) para referir que apreciou a forma como o Senhor Presidente conduziu a Comissão, sempre procurando consensos e com respeito por todas as bancadas, considerando que a sua presidência merece uma apreciação muito positiva.

O Senhor Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) associou-se às palavras do orador antecedente, tal como o Senhor Deputado Luís Campos Ferreira (PSD), que dirigiu também palavras de apreço e agradecimento aos restantes Deputados da Comissão nesta Legislatura pela forma cordata e enriquecedora como se relacionaram nos trabalhos da mesma.

O Senhor Presidente agradeceu as palavras amáveis que lhe foram dirigidas, dizendo esperar ter estado à altura dos seus antecessores na presidência da Comissão.

Numa nota final, manifestou o seu apreço à assessora, Maria João Godinho, e à secretária da Comissão, Elizabete Pereira, pelos seus desempenho e dedicação excepcionais, que muito contribuíram para o sucesso dos trabalhos. Agradeceu também a indispensável colaboração do assessor militar, Coronel Luís Villa de Brito, realçando a sua atitude de grande dignidade, ao se ter disponibilizado para se manter ao serviço da Comissão sem remuneração quando as contingências orçamentais impediram a continuação de acumulação da remuneração com a pensão de reserva.

Finalizou fazendo votos de muitos sucessos pessoais e profissionais a todos os membros da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezasseis horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O Presidente,

(José Luís Arnaut)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Correia de Jesus
Eduardo Cabrita
João Rebelo
Joaquim Ponte
Jorge Costa
José Lello
José Luís Arnaut
José Miguel Medeiros
Luís Campos Ferreira
Luís Montenegro
Luís Vales
Mário Mourão
Marques Júnior
Pacheco Pereira
Raúl de Almeida
Sérgio Sousa Pinto
Defensor Moura
Rosa Maria Albernaz

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
João Soares
Miguel Coelho

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados:

Luís Fazenda
Miranda Calha